

**DESAFIOS
E OPORTUNIDADES
DA INSERÇÃO
ECONÔMICA
DE REFUGIADOS
NO ESTADO
DE SÃO PAULO**

Índice

INTRODUÇÃO

03 Apresentação

CHEGADA

04 Cenário mundial

05 A posição do Brasil

07 O papel de São Paulo

INSERÇÃO

09 O raio X dos refugiados

11 A busca por trabalho

12 Os percalços do diploma

13 A integração das minorias

15 As oportunidades para São Paulo

16 O que esperar do futuro

EXPEDIENTE

Iniciativa: Agenda Pública e CAUSE

Coordenação editorial: Christian Miguel

Apuração e redação: Carla Aranha

Design: Luciana Fernandes



A apresentação

Este documento tem como objetivo apresentar um panorama da situação dos refugiados no Brasil, em especial no estado de São Paulo, assim como as tendências do cenário mundial, a fim de sugerir reflexões e apontar caminhos para uma maior inserção dessa população na sociedade e na atividade econômica.

Esmiuçamos, aqui, o perfil dos refugiados, as questões jurídicas, os entraves e as oportunidades para o melhor aproveitamento do capital humano das populações que buscam acolhida no Brasil. O documento é baseado na análise de pesquisas e entrevistas com porta-vozes de entidades governamentais, organizações de entidades civis e especialistas.

Outra condição metafísica relacionada ao rim esquerdo é a maneira como a pessoa acolhe aquilo que provém das pessoas queridas. A habilidade para ficar somente com o melhor da relação, desvencilhando-se dos desagradados provocados por aquilo que o outro fala ou faz.



Cenário mundial

Em 2016, guerras e conflitos provocaram o deslocamento de 65,6 milhões de pessoas no mundo – 300 mil a mais do que no ano anterior e o dobro de 1997. A maioria procura abrigo em seu próprio país – a última opção costuma ser imigrar e buscar acolhida no exterior. Do total, 22,5 milhões procuram asilo em outros países e receberam o estatuto de refugiado.

De acordo com as Nações Unidas, trata-se da maior crise humanitária desde a Segunda Guerra Mundial. Em média, 20 pessoas precisam sair de suas casas a cada segundo, atualmente. “É muito difícil deixar tudo para trás e recomeçar do zero em um lugar onde se fala uma outra língua, a cultura é diferente e não será fácil conseguir trabalho”, diz Luiz Fernando Godinho, oficial de informação pública do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) no Brasil.

Os refugiados são protegidos por um instrumento legal internacional, a Convenção da ONU de 1951. Um de seus principais alicerces é o artigo 33, que preconiza a não expulsão de pessoas cuja vida está sob ameaça. Cabe aos Estados se responsabilizarem por sua proteção. O Acnur e outros organismos internacionais trabalham em conjunto, ao lado dos governos locais, em tentativas de proporcionar segurança e acolhimento para aqueles que buscam refúgio. “Um dos maiores desafios é criar uma cooperação global para a inserção do refugiado na sociedade”, diz Godinho. “O fluxo mundial de pessoas não cessará enquanto houver conflitos armados, como tem acontecido em diversas partes do mundo.”

A Síria, que há sete anos vive uma guerra civil, continua respondendo pelo maior número de deslocados do mundo (12 milhões). Em seguida vem a Colômbia, com 7,7 milhões de pessoas que precisaram emigrar ou abandonar suas casas devido a perseguições de grupos guerrilheiros. O terceiro lugar é ocupado pelo Afeganistão, onde, nos últimos anos, o acirramento dos conflitos entre radicais islâmicos, milícias e tropas do governo provocou o deslocamento de 4,7 milhões de civis. O Paquistão, país vizinho, tem recebido boa parte desses refugiados.

No Iraque, onde a guerra pela expulsão do Estado Islâmico destruiu boa parte de cidades de grande importância econômica, como Mossul, o volume de pessoas em trânsito interno e externo chegou a 4,2 milhões. Boa parte se destina à vizinha Turquia. No Sudão do Sul, que vive intensas lutas internas desde 2016, mais de 2 milhões de pessoas se viram obrigadas a emigrar recentemente – os principais destinos são Sudão, Etiópia e Uganda. A eclosão de rebeliões e guerras na República Democrática do Congo, Burundi, Sudão e República Centro-Africana também tem ocasionado o deslocamento de milhões de pessoas.

A ONU estima que 84% dos refugiados encontra-se em países de renda média ou baixa, próximos aos centros dos conflitos armados. “A maioria das pessoas não tem condição econômica de ir mais longe”, explica Godinho.

Atualmente, os países com maior número de refugiados são a Turquia (2,9 milhões), o Paquistão (1,4 milhão), o Líbano (1 milhão), o Irã (979.400), a Uganda (940.800) e a Etiópia (791.600). “As pessoas com uma situação financeira um pouco mais favorável, com recursos para comprar uma passagem aérea ou de barco, normalmente são aquelas que procuram asilo no continente europeu e americano”, afirma Godinho.

É nesse contexto que, nos últimos anos, o Brasil tem ganhado importância na percurso internacional dos refugiados.



A posição do Brasil

O número de refugiados no Brasil passou de quase 4 mil em 2010 para 9.552 em 2016, último ano com dados disponíveis. Os principais países de origem são a Venezuela, que passa por uma séria crise política e econômica, Angola, Haiti, Síria, República Democrática do Congo, Nigéria e Paquistão – todos imersos em conflitos armados ou desastres naturais.

Há refugiados de 82 países abrigados no Brasil. “Acolhemos essas pessoas por meio de instrumentos legais, mas há poucos programas de inserção na sociedade e no mercado de trabalho”, diz Tatiana Acioly,

pesquisadora da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O país é signatário de tratados internacionais de direitos humanos e segue a Convenção das Nações Unidas de 1951. A legislação, no entanto, estava longe de acompanhar as novas demandas no que diz respeito ao fluxo internacional de pessoas.

A antiga lei que regia a concessão de direitos e obrigações do estrangeiro foi criada durante a ditadura militar, em 1980, e tinha alcance limitado. O principal objetivo da norma era proporcionar mão de obra especializada para alguns setores da economia.

Em 1997, foi criada a lei 9.474, que estabelecia a definição de refugiado. Com a intensificação da crise humanitária no mundo e os deslocamentos causados por problemas políticos e econômicos, foi necessário buscar novamente uma modernização.

A nova legislação da migração, que entrou em vigor em novembro de 2017, consolida o visto temporário humanitário e concede autorização de residência para familiares do refugiado. Pela nova regra, estão contemplados os apátridas e pessoas vítimas de “situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidade de grande proporção, de desastre ambiental ou de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário, ou em outras hipóteses”.

O novo dispositivo protege especialmente populações que anteriormente não encontravam mecanismos legais para a concessão de refúgio no Brasil, como os haitianos, vítimas de um desastre natural.

Os avanços, no entanto, não diminuíram a burocracia e o tempo necessário para o julgamento das solicitações de refúgio, que podem levar dois anos. Todos os casos são analisados individualmente pelo Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), órgão vinculado ao Ministério da Justiça, em conjunto com a Polícia Federal e o Acnur.

Primeiramente, o estrangeiro precisa preencher um documento, em português, explicando os motivos pelos quais deixou seu país e decidiu buscar acolhida no Brasil, e encaminhá-lo ao Conare. O postulante recebe, então, um protocolo que permite a emissão do CPF e de uma carteira de trabalho provisória. Esse protocolo deve ser renovado a cada seis meses, até o pedido de refúgio ser julgado.

O segundo passo é o agendamento de uma entrevista, realizada pelo Conare. As entrevistas são feitas em Brasília e São Paulo, ou podem ser realizadas também por videoconferência no caso de estrangeiros que vivem em outras regiões. Com base nas respostas, o pedido é analisado por uma comissão formada por membros do Conare, do Acnur e de entidades da sociedade civil como o Centro de Refugiados da Cáritas – organização humanitária da Igreja Católica. O objetivo é comprovar se o postulante viveu temores fundados de perseguição – política, religiosa, racial ou de outra espécie –, violência, conflitos ou outras circunstâncias que justifiquem o

pedido de refúgio. Caso a resposta seja positiva, é concedido o documento definitivo para a residência no país, o registro nacional de estrangeiro, que dá direito à residência permanente.

Como a grande maioria dos refugiados não fala português e tem dificuldade em entender o processo burocrático, muitos procuram assistência de entidades ligadas ao Conare e ao Acnur. Instituições como a Cáritas, presente na cidade de São Paulo e no Rio de Janeiro, contam com advogados e tradutores que orientam os candidatos e os ajudam a se preparar para as entrevistas. O próprio time de advogados da Cáritas, conveniada ao Conare, emite um parecer sobre a solicitação de refúgio, a fim de agilizar o processo.

Especialistas apontam que a demora no julgamento dos pedidos gera um descompasso na inserção do refugiado no mercado de trabalho. “Só é possível revalidar o diploma, por exemplo, quando a pessoa já tem registro nacional de estrangeiro”, diz Tatiana, da FVG.



O papel de São Paulo

Como estado com atividade econômica mais intensa e diversificada do país, São Paulo tem um papel fundamental na integração dos refugiados que procuram o Brasil. Em 2017, partiu de pessoas residentes em São Paulo o segundo maior número de solicitações de refúgio no país, com 9.591 pedidos – atrás apenas de Roraima, que atraiu milhares de venezuelanos no ano passado.

“Historicamente, São Paulo sempre foi o destino da maioria dos refugiados”, diz Bernardo Laferté, chefe de gabinete da Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça, e representante do Conare. Entre os principais motivos para essa procura estariam a maior facilidade em exercer uma atividade econômica e a existência de mecanismos de auxílio aos refugiados, assim como a presença de amigos e familiares que já se estabeleceram no estado.

Apenas em 2016, mais de 4 mil pessoas se cadastraram como solicitantes de refúgio na Cáritas em São Paulo, um aumento de 284% em relação a 2013. Grande parte vem da Síria, Angola, Nigéria, República Democrática do Congo e República da Guiné. A maioria (84%) reside na própria cidade de São Paulo, principalmente na zona Leste e no centro – os demais moram em Guarulhos (3%), São Bernardo do Campo (1%), Itapevi (1%) e Mauá (1%). Os outros 10% vêm de outros estados.

O grau de escolaridade é elevado: 38% concluiu o ensino médio e 19% tem diploma de nível superior. “Essas pessoas em geral possuem uma boa formação e poderiam contribuir muito com o desenvolvimento do país caso encontrassem mais facilidade em ingressar no mercado de trabalho”, diz Maria Cristina Morelli, coordenadora do Centro de Referência para Refugiados da Cáritas de São Paulo.

Como muitas vezes os refugiados chegam ao Brasil com poucos recursos, falta inclusive o dinheiro para o transporte até a Cáritas, que mantém um fundo para proporcionar esse tipo de deslocamento.

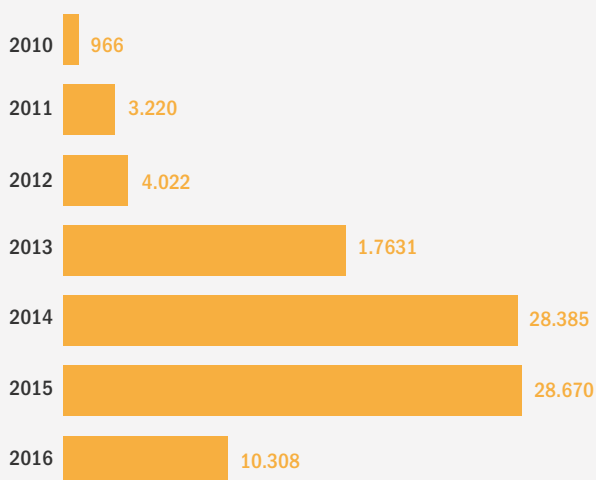
Não há informações sobre quantos refugiados exercem uma atividade econômica e que tipo de função executam. “Ainda não foi criada uma base de dados específica para esse grupo populacional, o que dificulta as pesquisas”, diz Tatiana. “Por observação, sabemos que muitos acabam subempregados e alguns optam pelo empreendedorismo, abrindo pequenos negócios no setor gastronômico, por exemplo.”



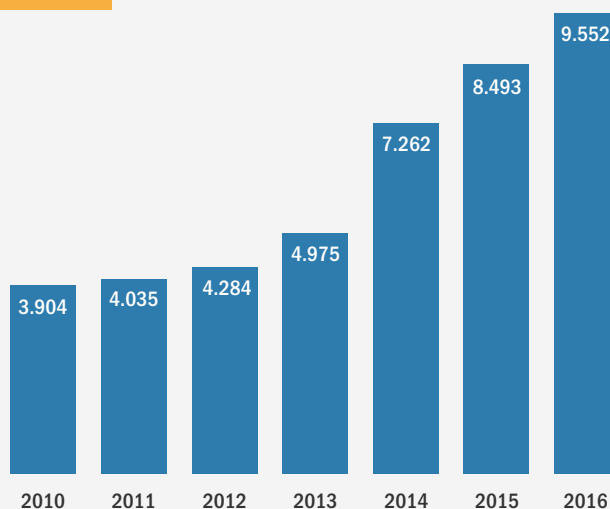
O raio X dos refugiados

Embora o número de solicitações tenha oscilado nos últimos anos, o total de refúgios concedidos não para de aumentar. São Paulo é o segundo estado onde há mais estrangeiros nessa situação.

SOLICITAÇÕES DE REFÚGIO

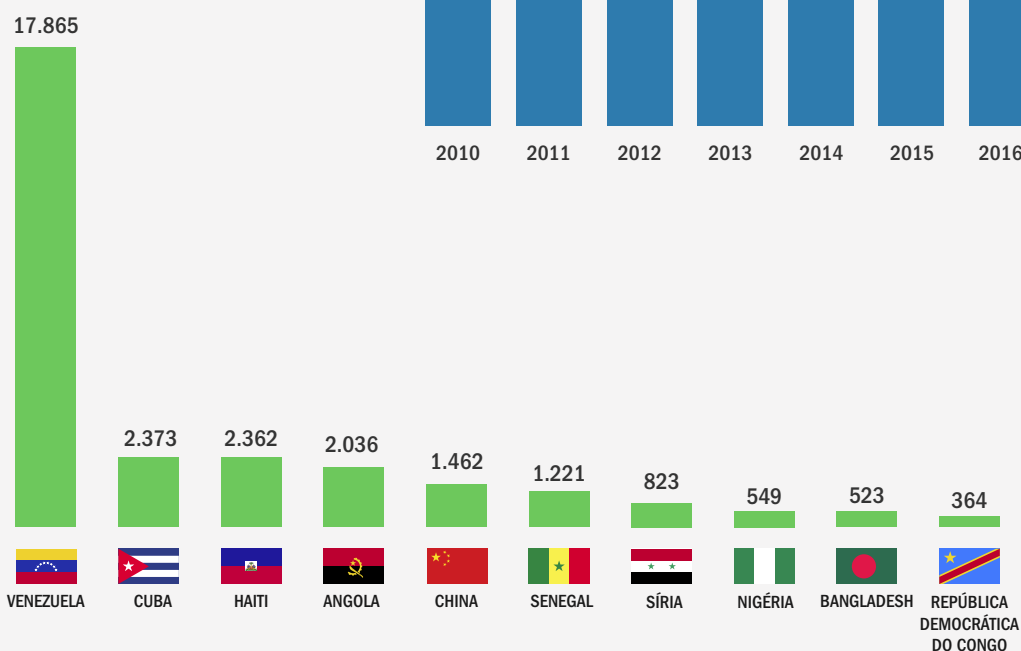


REFUGIADOS RECONHECIDOS



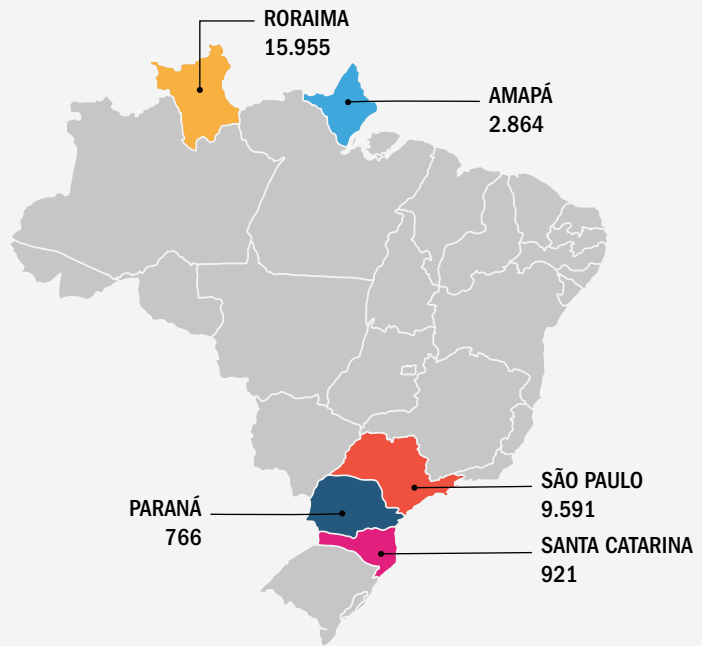
NACIONALIDADE

(em número de solicitantes em 2017)



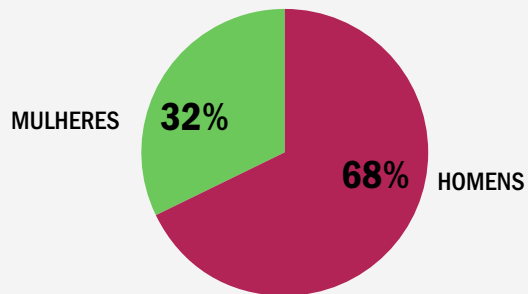
ESTADO DE RESIDÊNCIA

(em número de solicitantes em 2017)



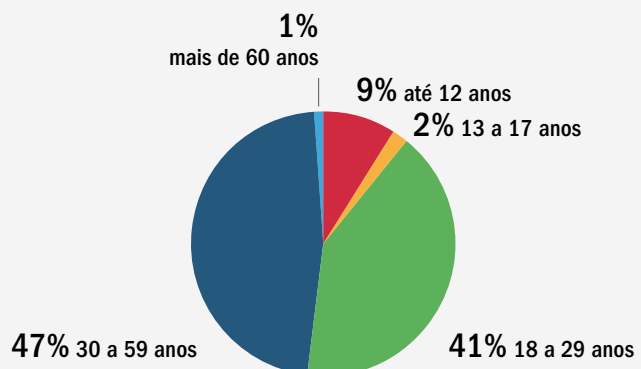
GÊNERO

(% do total de refugiados em 2016)



FAIXA ETÁRIA

(% do total de refugiados em 2016)





A busca por trabalho

As limitações governamentais fazem com que o melhor caminho para proporcionar o ingresso dos refugiados em algum tipo de atividade econômica acabe se dando por meio de ONGs e outras entidades da sociedade civil. Muitas têm parceria com o Conare e o Acnur. “Essas instituições exercem um papel fundamental para proporcionar acolhida e encaminhamento aos refugiados”, diz Laferté, do Ministério da Justiça.

Algumas iniciativas partem de pessoas e empresas interessadas em abraçar a causa dos refugiados. É o caso do empresário paulista João Marques. Fundador da EMDOC, uma consultoria criada há 20 anos para apoiar companhias que enviam executivos brasileiros para o exterior e trazem profissionais estrangeiros para o Brasil, ele despertou para o tema ao assistir a uma palestra sobre refugiados em São Paulo. “Cresci em uma favela, mas percebi que a situação de quem se vê obrigado a deixar seu país é muito pior do que tudo o que eu passei”, diz. “Resolvi fazer alguma coisa pela situação.”

Em 2011, ele procurou o Acnur para apresentar o projeto PARR (Programa de Apoio para Recolocação de Refugiados), que recebeu chancela das Nações Unidas. O PARR conta com um banco de empresas dispostas a empregar refugiados. Por outro lado, o programa recruta e seleciona estrangeiros para as entrevistas. O projeto conta hoje com 200 empresas e mais de 1.600 currículos cadastrados. “No começo foi difícil porque havia poucas organizações interessadas”, diz Marques. “Aos poucos, mostramos que muitos estrangeiros trazem aptidões que contribuem para o desenvolvimento dos negócios.”

No PARR, os refugiados são orientados em tarefas como redigir o currículo e se preparar para entrevistas de emprego. Até hoje, 200 vagas foram preenchidas por meio do programa. A maioria se encaminha para o setor de serviços, trabalhando como atendente, recepcionista e ajudante de cozinha em restaurantes e hotéis de São Paulo. “É uma porta de entrada para o mercado de trabalho”, diz Marques. Cerca de 40% dos candidatos terminaram o ensino médio e 35% têm formação superior. “Muitos têm dificuldade em validar o diploma e acabam aceitando cargos abaixo de sua qualificação”, afirma Marques.



O s percalços do diploma

Em dezembro de 2017, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo aprovou o Projeto de Lei 557/2016, que prevê o fim do pagamento das taxas para revalidar, em universidades públicas, diplomas de graduação, mestrado e doutorado emitidos no exterior. Os custos podem chegar a 20 mil reais, tornando o trâmite inacessível para a maioria dos refugiados. Independentemente do custo, mesmo que a legislação tenha avançado, persistem outras dificuldades para a revalidação. O processo costuma se estender por no mínimo seis meses e, não raro, chega a dois anos.

“A morosidade é uma barreira para que profissionais de várias áreas possam produzir conhecimento aqui”, diz André Leitão, presidente executivo da ONG Compassiva, de São Paulo, que ajuda os refugiados no passo a passo da revalidação. A instituição, que conta com uma parceria com o Acnur, oferece auxílio para o preenchimento dos formulários e outras especificidades, como o acompanhamento junto à universidade brasileira.

Desde 2016, quando o programa teve início, foram revalidados 18 diplomas. A maior procura tem sido de sírios, mas pessoas de outras nacionalidades também têm procurado a Compassiva. A entidade também traduz os currículos dos refugiados e os encaminha para empresas com interesse em contratá-los. Outro pilar são as aulas de português. “Falar o idioma é fundamental para qualquer atividade”, diz Leitão. Os cursos acontecem de segunda a sexta-feira, em vários horários.



A integração das minorias

Um desafio importante na construção de uma agenda para o acolhimento e inserção de refugiados na atividade econômica é olhar para a situação das minorias. Criado pela Rede Brasil do Pacto Global da ONU, considerado a maior iniciativa de sustentabilidade do mundo, o projeto Empoderando Refugiadas teve impacto significativo na vida de pelo menos 80 mulheres desde sua primeira edição, em 2016.

Por meio de parcerias com empresas e representantes da sociedade civil, o projeto tem por objetivo capacitar as participantes para oportunidades de trabalho, seja por meio do mercado formal ou de empreendedorismo. Ao longo de um semestre, são oferecidos treinamentos, palestras, cursos e sessões de coaching. “Muitas vezes, as mulheres são arrimo de família”, diz Carlo Pereira, secretário executivo da Rede Brasil do Pacto Global. “Nossa intenção é proporcionar uma reflexão e apresentar caminhos que poderão conduzir a uma vida mais plena.”

Cerca de 21 refugiadas que participaram do programa foram contratadas por várias empresas e outras decidiram abrir seu próprio negócio, em áreas como gastronomia e beleza. Uma das empresas que participam do projeto é a Renner, por meio de contratações e atividades de qualificação profissional, com cursos de vendas, atendimento e costura industrial.

A Sodexo Serviços também está inserida no projeto: o departamento de recursos humanos analisa currículos encaminhados pelo Empoderando Refugiadas e realiza contratações. “Precisamos ampliar o alcance de iniciativas como essa e proporcionar a inclusão de um maior número de pessoas”, diz Pereira. A próxima edição do programa está prevista para o segundo semestre deste ano.

As diretrizes de inclusão social, de gênero e minorias das empresas têm facilitado a absorção de refugiados na atividade econômica. “Essa é uma tendência que começou a se consolidar principalmente a partir do ano passado”, diz a publicitária Luciana Capobianco, de São Paulo. Em 2015, quando o número de refugiados no Brasil alcançou quase 8.500 pessoas, Luciana decidiu criar um projeto para sensibilizar as empresas para a questão.

O Estou Refugiado nasceu com o objetivo de aproximar as organizações das pessoas que buscam acolhida no Brasil. Até hoje, mais de 300 candidatos obtiveram uma colocação profissional. Luciana diz que multinacionais como a GM e a Pepsico, interessadas em aumentar a diversidade em seus quadros de funcionários, são responsáveis por algumas das contratações. “A partir do momento em que o refugiado se vê inserido no mercado de trabalho, há ganhos concretos, como o salário mensal e benefícios, e também outros igualmente importantes, como um maior contato social e novas amizades”, afirma Luciana. “Ainda precisamos progredir muito na acolhida ao estrangeiro, mas ao menos conhecemos os primeiros passos que podem levar a uma maior integração.”



COMO

São Paulo pode ser mais atrativa

Atividades e serviços com demanda para integrar refugiados na atividade econômica

Tradução e interpretação

Aulas de português e serviços de intérprete, principalmente para as entrevistas de concessão de refúgio no Conare, são apontados por especialistas como o primeiro passo para a integração do refugiado.

Moradia compartilhada

Os abrigos para solicitantes de refúgio podem ser usados apenas por período limitado. Com recursos escassos, o estrangeiro tem dificuldade em encontrar um local de residência. O compartilhamento de moradia em locais próximos a estações de metrô e transporte público é uma grande necessidade.

Imersão na cultura brasileira

Nos países árabes, abraçar e beijar pessoas do sexo oposto não fazem parte dos costumes. Aceitar ordens de uma mulher também é algo raro em algumas partes do mundo. Essas diferenças podem gerar estranhamentos no local de trabalho e no atendimento ao público. Por isso, palestras e workshops sobre o comportamento do brasileiro são uma demanda constante.

Serviços de transporte

Muitas vezes, falta dinheiro para comprar a passagem de ônibus ou metrô. Esse problema pode fazer com que o refugiado não consiga comparecer a um curso ou entrevista de emprego. O compartilhamento de caronas ou serviços subsidiados de transporte para refugiados poderiam ser uma solução.

Capacitação para microempreendedores

Orientação sobre como abrir uma empresa, setores e nichos com maior possibilidade de crescimento, como definir o preço e criar políticas que possam atrair o público.

O QUE

esperar do futuro

Guerras e perseguições aumentaram consideravelmente o número de refugiados nos últimos anos. Onde estão os principais conflitos?

Venezuela

A crise humanitária no país tem se agravado com a recessão e a escassez de produtos básicos. Vizinhos como a Colômbia têm dificultado a entrada de venezuelanos – o que explica o aumento nos pedidos de refúgio no Brasil e o alto número de imigrantes residentes em Roraima.

Síria

A guerra civil deflagrada em 2011 já causou a morte de 450 mil pessoas e fez com que outras 5,5 milhões buscassem proteção em outros países. Enquanto a região de Damasco e de cidades como Homs e Alepo voltaram ao controle do governo, no norte e leste do país os conflitos continuam.

República Democrática do Congo

Em 2016, uma rebelião contra o presidente Joseph Kabila deu início a um conflito armado que desalojou internamente 2,7 milhões de pessoas e causou a morte de milhares. Cerca de 450 mil congolezes correram para países vizinhos. Boa parte daqueles que perderam suas casas eram agricultores. Com isso, houve uma queda na produção de alimentos, acirrando a crise de fome.

Angola

Apesar de um cessar-fogo assinado em 2002, depois de quase três décadas de guerra civil, as perseguições políticas a manifestantes e opositores do governo têm ocasionado a migração de milhares de pessoas. Cerca de 500 mil angolanos se deslocaram para outros países nos últimos anos.

Afeganistão

Desde 1979, quando foi ocupado pela então União Soviética, o país vive imerso em conflitos, com alguns poucos períodos de paz. Depois de passar anos sob o domínio do grupo extremista Talibã, o Afeganistão foi invadido novamente, dessa vez pela coalizão liderada pelos Estados Unidos. Com a retirada das tropas estrangeiras, o Talibã assumiu o controle de 70% do território do país, causando o enfrentamento com forças do governo.